

Renda de privatização cai 52%

Corte está previsto na revisão do acordo com o FMI e deve-se ao atraso na venda do setor elétrico e de ações da Petrobras

O Governo cortou pela metade sua estimativa de receitas com privatizações neste ano, recuando de R\$ 27,836 bilhões para R\$ 13,211 bilhões. O corte de 52,5% foi elaborado por ocasião da segunda revisão do acordo brasileiro com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Por causa dessa frustração

de receitas, o Governo abaterá menos dívida pública. A estimativa anterior era que a dívida terminaria o ano em valor equivalente a 49,3% do PIB. Na projeção divulgada ontem, a dívida líquida do setor público chegará a dezembro valendo 51% do Produto Interno Bruto (PIB).

"Não quer dizer que o governo abrirá mão dessas receitas", afirmou ontem o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Amaury Bier, ao divulgar as metas acertadas com o FMI. "Essas privatizações ocorrerão, mas não neste ano-calendário."

Segundo o secretário, ficaram atrasadas as privatizações de parte do setor elétrico e a venda de ações da Petrobras.

Ele afirmou ainda que o Governo conta com a venda de Furnas e do Banespa ainda este ano.

Bier não detalhou quais empresas estavam previstas para ser vendidas ainda este ano e não mais o serão, nem a razão pelas quais as estatais foram excluídas das estimativas. Bier explicou que o processo de preparação para a privatização dessas empresas sofreu atraso. "Mas o Governo não abre mão dessas privatizações", frisou.

No Memorando de Política Econômica divulgado ontem por Bier, está dito apenas que haverá "adiamento para o início do ano 2000 de algumas privatizações originalmente previstas para o último trimestre de 1999."

Também foi revisto para baixo o valor de "reconhecimento de esqueletos", ou seja, a explitação de dívidas do Governo que não estavam contabilizadas. Inicialmente, estavam estimados R\$ 23,339 bilhões. Nessa nova versão do acordo, as dívidas explicitadas ficaram em R\$ 19,579 bilhões. Bier informou que o corte nas estimativas deveu-se a atraso no reconhecimento de dívidas do Fundo de Compensação das Variações Salariais (FCVS).

Segundo Bier, a estimativa de reconhecimento de esqueletos foi revista porque o Governo não queria correr o risco de assumir dívidas que não são líquidas e certas.



Amaury Bier: privatizações foram adiadas para o ano 2000